

A exterioridade da reflexividade

Contributos de Lahire para o estudo empírico do exercício de competências reflexivas

Ana Caetano¹

INTRODUÇÃO: A TRÍADE ARCHER-BOURDIEU-LAHIRES E O CONCEITO DE REFLEXIVIDADE

O conceito de reflexividade tem vindo a assumir particular visibilidade e relevância na produção sociológica mais recente, sobretudo nos últimos 20 anos, em particular nas abordagens que se centram nos processos de mudança social das sociedades modernas (Beck, Giddens e Lash, 2000). Contudo, só recentemente surgiu uma proposta de operacionalização efetiva, sociologicamente ancorada e empiricamente fundamentada da noção de reflexividade. Um importante corpo de trabalho em torno deste conceitotem vindo a ser desenvolvido por Margaret Archer (2003, 2007, 2010a, 2010b, 2010c, 2012).

Archer tem o grande mérito de problematizar a reflexividade com base na noção de conversas internas, tratando-a enquanto conceito sociológico susceptível de observação e análise. Mas sendo uma noção central para se compreender os diá-

¹Investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. Email: ana.caetano@iscte.pt

logos que cada pessoa mantém consigo mesma na privacidade da sua mente, tendo por referência as suas circunstâncias sociais, o seu alcance é, por outro lado, insuficiente para dar conta da multidimensionalidade do conceito de reflexividade. Destacam-se como principais limitações da sua abordagem a secundarização do peso das estruturas na explicação da ação – que resulta na minimização de fatores como as origens sociais, as dinâmicas de socialização e os posicionamentos diferenciados no espaço social –, o não reconhecimento dos processos de interiorização da exterioridade, no sentido de Bourdieu (2002: 163) – que impossibilita conceber a influência causal das estruturas como podendo ocorrer também internamente, por via das disposições incorporadas – e o facto de circunscrever o processo de mediação entre estrutura e agência às deliberações reflexivas internas – deixando de fora mecanismos externos da reflexividade, nomeadamente associados ao relacionamento interpessoal e à diversidade contextual.

O presente artigo foca-se precisamente nesta última componente, relativa à exterioridade da reflexividade, embora a mesma esteja também interligada com as restantes. Argumenta-se que é possível analisar este conceito incorporando uma dimensão externa, através da combinação da abordagem de Archer com a proposta de Bernard Lahire (Caetano, 2011, 2012).

O autor criou um espaço de possibilidades para a análise da reflexividade no quadro da teoria disposicionalista, através do prolongamento crítico do trabalho de Bourdieu. Um dos principais pontos de divergência face a Bourdieu diz precisamente respeito à conceptualização da reflexividade. De acordo com Lahire (2001, 2002, 2008b), a teoria da prática deve incorporar a noção de que os indivíduos são capazes de racionalizar e de atribuir sentido às suas ações e opções. E essas competên-

cias reflexivas não são mobilizadas apenas em situações de crise ou para um conjunto limitado de sujeitos (Bourdieu e Wacquant, 2007: 131; Bourdieu, 2004). Para o autor a reflexividade implica, de certa forma, um corte com o sentido prático (Bourdieu, 2008), ou seja, com o conhecimento incorporado dos sujeitos que os leva a saber agir adequadamente de acordo com a situação em que se encontram. Mas essa ruptura é mais comum no cotidiano do que Bourdieu admitia e nada tem de uma situação de crise.

Afirmar que Lahire tem como preocupação teórica enfatizar as competências reflexivas dos indivíduos, não implicadeclearar que o autor atribui, em contrapartida, menor importância ao sentido prático das disposições na orientação da ação. A reflexividade não faz a mediação de todas as influências sociais. Para Lahire, em consonância com Bourdieu, uma grande parte das práticas quotidianas ocorre com base em ajustamentos pré-reflexivos e em reativações de hábitos não conscientes. Contudo, Lahire considera que explicar a ação tendo apenas por base o sentido prático não é suficiente. É também necessário introduzir a componente de planificação, cálculo e racionalidade das práticas.

Aquilo que é mais importante destacar da perspectiva do autor (e que permite complexificar a proposta de Archer) é que reflexividade e sentido prático não são incompatíveis, coexistem na ação humana e estão permanentemente a suceder-se e a intercalar-se no quotidiano. Não é possível, por um lado, viver apenas com base na escolha racional, no interesse ou na estratégia e as práticas, por outro, não são exclusivamente orientadas pelo hábito e pela rotina. Os indivíduos não se limitam a agir tendo apenas por base o conhecimento tácito incorporado ao longo dos seus trajetos de vida, mas têm também a capaci-

dade consciente de refletir sobre o que fizeram, o que devem ou não fazer e o que estão a fazer no momento presente.

A reconceptualização que Lahire faz do conceito de disposições permite enquadrar esta perspectiva mais abrangente. Relativizando as noções de coerência e de transponibilidade do *habitus*, Lahire refere-se antes ao património disposicional dos indivíduos destacando a sua composição heterogénea (2001, 2002, 2012). De acordo com o autor, numa mesma pessoa coexistem disposições múltiplas, resultantes de diferentes tipos de socialização (familiar, sociabilidades, trabalho, escola, etc.), que constantemente se vão atualizando. Cada ator, ao longo do seu trajeto de vida, contacta, com maior ou menor intensidade, com essa diversidade estrutural (que vai incorporando) e, simultaneamente, interage com um vasto conjunto de indivíduos, cujos sistemas de disposições se adequam contextualmente aos seus. A multiplicidade de universos sociais e contextos de interação por onde os atores se movem, quer ao longo das suas biografias, quer quotidianamente, contribuem para a constituição de disposições heterogéneas, sincréticas e mesmo dissonantes.

A ênfase na pluralidade disposicional e na ativação contextual desse património incorporado é fundamental para se compreender não só a aquisição, mas também o desenvolvimento e a mobilização de competências reflexivas em diferentes esferas sociais, tanto numa perspectiva diacrónica, como sincrónica. Os diversos processos de socialização implicam, de forma mais ou menos explícita, dinâmicas de aprendizagem conscientes relativamente ao que fazer, dizer e como agir em cada contexto específico.

Esta problemática encontra-se particularmente aprofundada na análise que Lahire faz das práticas mais comuns de escrita (1995, 1997, 2001, 2008a, 2008b) e do ensino formal (2001: 175-199, 2008a), mas encontra-se também presente na restante

obra do autor, particularmente na ênfase que atribui à pluralidade disposicional e contextual. Os retratos sociológicos de *Portraits Sociologiques* (2002) e de *La Culture des Individus* (2004), bem como as narrativas de escritores de *La Condition Littéraire* (2006) e de *Franz Kafka* (2010) estão permeadas de racionalização de práticas, estratégias, planos e cálculos.

Considera-se, neste âmbito, que para dar conta da complexidade e multidimensionalidade da noção de reflexividade, as conversas internas problematizadas por Archer devem ser analisadas em articulação com as práticas de escrita e com as dinâmicas de pluralidade disposicional e de diversidade contextual, tal como trabalhadas por Lahire.

Esta combinação é aqui explorada com base numa investigação empírica teoricamente orientada, que teve por objetivo estudar os mecanismos sociais da reflexividade individual (Caetano, 2013). Mais concretamente, a análise centrou-se nos processos de formação de competências reflexivas, nas suas modalidades de exercício, bem como nos efeitos que as mesmas podem ter na ação. A pesquisa, levada a cabo em Portugal entre 2010 e 2012, foi ancorada numa estratégia metodológica qualitativa, de cariz intensivo, assente na realização de vinte entrevistas de cariz biográfico. Cada uma delas decorreu em duas sessões distintas, o que corresponde a 40 sessões. As entrevistas foram demoradas e tiveram, no total das duas sessões, entre seis e 15 horas de duração. Foi entrevistado um conjunto diversificado de pessoas, sobretudo do ponto de vista do sexo (10 mulheres e 10 homens), da idade (entre os 21 e os 80 anos), da escolaridade (desde os entrevistados que não sabem ler e escrever, até àqueles que completaram o doutoramento), do trajeto profissional (desde atividades como pastor até profissões qualificadas como professor universitário) e das origens sociais (mais e menos favorecidas).

O guião de entrevista era composto por três blocos de questões: o primeiro dizia respeito ao percurso de vida, o segundo centrava-se no quotidiano e o terceiro remetia mais diretamente para as questões da reflexividade, nas suas diferentes dimensões (conversas internas, conversas externas e práticas de escrita). Com base neste material empírico, pretende-se neste artigo explorar a componente externa do exercício da reflexividade, recorrendo às propostas e contributos de Lahire.

Ficou claro ao longo das vinte entrevistas realizadas que as competências reflexivas de cada sujeito podem ser exercidas de forma diferente, fazendo uso de suportes distintos. Os indivíduos pensam sobre si mesmos, por referência às suas circunstâncias sociais, através de conversas internas, diálogos que mantêm com outras pessoas em contexto de interação e mediante práticas de escrita. As diferentes modalidades de exercício da reflexividade são ativadas de forma diferencial, em consonância com a diversidade contextual e com a pluralidade disposicional dos sujeitos. É na discussão destes pontos que assenta o presente artigo, tendo sempre em consideração os ganhos analíticos para a análise que as propostas de Lahire acarretam.

CONVERSAS INTERNAS

A expressão interna da reflexividade ocorre sob a forma de conversas que cada pessoa mantém consigo mesma, na privacidade da sua mente. São ontologicamente subjetivas, vividas na primeira pessoa e não têm necessariamente transposição para os contextos exteriores. Embora não seja possível observá-las diretamente, os relatos dos entrevistados apontam para que as mesmas se expressem através da linguagem, símbolos, imagens e sensações. Não se circunscrevem a uma mera observação do que espontaneamente surge na consciência individual,

assumindo antes a forma de um diálogo, no qual os indivíduos são simultaneamente sujeito e objeto de si mesmos (Archer, 2003: 93-129).

As pessoas assumem, neste sentido, um papel ativo na construção da sua vida interior. Não significa, por outro lado, que tenham um poder ilimitado sobre a sua consciência e subjectividade. Os indivíduos não são deuses nas suas próprias mentes, como Archer (2012: 14) sugere. Apesar de assumirem uma postura distanciada e exterior face a si mesmos e às suas circunstâncias, a realidade social não pode ser entendida neste processo apenas na sua vertente externa, na medida em que se encontra também interiorizada nos sujeitos sob a forma de disposições. As abordagens de Bourdieu (2002) e de Lahire (2002) demonstram precisamente isso. A interiorização da exterioridade atua como filtro na ativação de competências reflexivas. As pessoas não podem controlar inteiramente aquilo que pensam porque as suas reflexões são o produto de vivências em determinados enquadramentos socioeconómicos, que moldaram os seus esquemas mentais e que contribuíram para a delimitação dos seus campos de possibilidade. Neste sentido, quando alguém pondera as suas opções face a uma determinada dimensão de vida, não surgem no seu plano de consciência certas possibilidades ou obstáculos que são tomados por adquiridos.

Ao contrário do que Archer postula (2012: 14), existem regras sociais no funcionamento das conversas internas. Estes diálogos espelham as normas e valores dos contextos em que os sujeitos se inserem, pelo que nem tudo é concebível pela consciência individual. A lógica do dualismo analítico, de separação ontológica entre sujeitos e estruturas, que viabiliza a análise da sua interação, tem de ser complementada pela noção de constituição mútua preconizada pela abordagem disposicionalista

(Bourdieu, 2002; Lahire, 2001), mas também pela teoria da dualidade da estrutura (Giddens, 2004).

É através dos diálogos internos que os indivíduos clarificam as suas ideias e crenças, avaliam as suas condições e recursos, tomam decisões e definem projetos com base nas suas preocupações. Não o fazem necessariamente por esta ordem, nem subordinam as suas conversas apenas a questões de fundo, com implicações consideráveis nas suas vidas, tal como Lahire (2001) tem vindo a defender e a criticar na perspetiva de Bourdieu (e Wacquant, 2007). Dialogam consigo mesmos tanto para decidirem o que cozinhar para o jantar, como para planificarem a carreira profissional. Deste processo resulta autoconhecimento e conhecimento do real que lhes permite fazerem sentido do mundo e, em certas circunstâncias, agirem sobre ele.

Mesmo antes de serem questionados diretamente sobre as suas conversas internas, muitas das pessoas entrevistadas, ao narrarem certos episódios das suas vidas, referiram-se espontaneamente a exemplos deste tipo de diálogo.

Eu sentia-me, de facto, muito fraco. Comecei a pensar: “Epá, não pode ser. Então eu vou andar numa cadeira de rodas? Não pode ser. Isso comigo não vai acontecer.” (...) E então o que é que eu fiz? Comecei a pensar: “Tenho que arranjar uma solução para isto.” (...) Utilizava a cama para resolução, para pensar, para dizer: “Agora estás aqui descansado, vais pensar só nisto, vais ver como é que é e como é que não é.” (Luís, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, eletromecânico de elevadores)

Quando estou deitada e não me quero levantar para ir acordar eu penso sempre assim: “Margarida, enquanto dormes não aprendes”. (...) Sobretudo quando tenho aquelas aulas que são mesmo muito desinteressantes e que eu podia faltar. Mas penso: “Não, tenho que ir.” (...) Às vezes é que penso: “Será que vou àquela teórica?” Mas depois penso: “Não, vou!” E levanto-me. (...) Quando es-

tou a estudar e não me apetece penso: “Margarida, tens de estudar, tens de conseguir passar. Vá, estuda e não sei quê!” Às vezes gosto que é para ser alguém a motivar-me. Sou eu à mesma, mas quer dizer, parece que é outra pessoa. Então ajuda. (Margarida, 21 anos, estudante de licenciatura)

As conversas internas ocorrem na privacidade da mente, mas ocasionalmente, para algumas pessoas, são transpostas, pelo menos de forma parcial e segmentada, para discurso oral, quando os entrevistados “pensam em voz alta”; aquilo que Goffman (1981) designou por auto-conversação. Em termos gerais, quando questionados sobre este tipo de prática foi comum associarem-na a comportamentos patológicos, pelo que poucos indivíduos a reconheceram como conduta própria. E mesmo aqueles que o fizeram procuraram dela distanciar-se.

Às vezes falo mesmo. Quando estou a escrever na minha agenda e penso: “Não, amanhã tenho que fazer isso e depois fazes aquilo e depois vou ali e ali”. Aí falo em voz alta, quando estou sozinha. Quando estou acompanhada às vezes penso para mim mesma o que é que tenho de fazer e falo comigo mesma. Às vezes. Não é assim muitas vezes, não sou assim maluca. (Margarida, 21 anos, estudante de licenciatura)

Os diálogos que os sujeitos mantêm consigo mesmos tendem a subordinar-se a um determinado conjunto de atividades mentais, que podem ser sumariadas na listagem proposta por Archer (2003: 161; 2007: 91): planejar, ensaiar, ponderar, decidir, reviver, estabelecer prioridades, imaginar, clarificar, estabelecer conversas imaginárias e calcular. De facto, tornou-se claro para o grupo das 20 pessoas entrevistadas que essas dez atividades mentais dão conta das principais dinâmicas de exercício da reflexividade por via interna. Archer concluiu que nem todas as

peessoas investem na totalidade das dez atividades. Contudo, aquilo que ficou bem evidente na presente pesquisa é que todas elas estão presentes na vida interior dos sujeitos, embora em grau distinto. Os indivíduos nem sempre as reconheceram quando questionados diretamente, mas os seus relatos biográficos forneceram ilustrações que contrariavam as suas respostas.

É nos eixos de problematização das conversas internas que se encontra um dos principais contributos do trabalho de Archer para a análise da reflexividade; mesmo que a autora não tenha reconhecido que as mesmas são atravessadas pela dimensão hierárquica da vida social². Contudo, esta componente interna deve ser complementada com as dimensões externas do conceito. É aqui que reside a mais-valia da abordagem de Lahire que será discutida nos pontos seguintes do artigo.

CONVERSAS EXTERNAS

O exercício da reflexividade não se circunscreve à privacidade mental dos indivíduos. As conversas internas representam processos fulcrais de ativação da reflexividade, mas não assumem um carácter exclusivo. Atendendo ao cariz relacional da vida em sociedade, a reflexividade não fica contida numa zona de privacidade individual, sem contacto algum com o exterior. Até porque mesmo esse espaço é construído relacionalmente. Referindo-se especificamente à proposta de Archer, vários autores têm sublinhado a necessidade de considerar igualmente as conversas externas, mediante as quais expectativas, objetivos e projetos são também negociados contextualmente na presença e com a participação de outros sujeitos

²Para uma discussão centrada nesta limitação do trabalho da autora, ver Caetano (2013) e Mouzelis (2008).

(Chalari, 2009; Dépelteau, 2008; Mouzelis, 2008; Vandenberghe, 2010a, 2010b)³.

A este nível o contributo de Lahire é mais de natureza implícita do que explícita. O autor enfatiza a componente externa da reflexividade sobretudo através da análise das práticas de escrita. Mas fica subjacente à sua abordagem a importância dos relacionamentos interpessoais e das dinâmicas de interação na ativação de competências reflexivas, ainda que o enfoque seja no nível individual de análise e não propriamente na ordem de interação. Veja-se, a esse respeito, a metodologia dos retratos sociológicos, que exploram aprofundadamente as redes de relações, o impacto das situações de interação e a ativação de processos de racionalização, cálculo e estratégia nesses enquadramentos (Lahire, 2002).

Torna-se assim mais claro conceber as dez atividades reflexivas propostas por Archer como sendo também susceptíveis de serem exercidas exteriormente e expressas discursivamente em contextos de interação (em copresença ou de forma mediada). Por exemplo, as planificações são muitas vezes feitas conjuntamente com amigos para organizarem uma atividade em grupo. A ponderação pode ser feita pelos membros de um mesmo agregado doméstico, que fazem uma reflexão conjunta, apresentando e discutindo ideias, para tomarem uma determinada decisão. Muitas vezes em contexto laboral os indivíduos definem as suas próprias prioridades em debate com a equipa de trabalho em que estão inseridos. Para quem vive em conju-

³Archer consente essa possibilidade no caso da reflexividade comunicativa, admitindo que potencialmente todos os indivíduos, em algumas circunstâncias e independentemente do modo predominante de reflexividade, sentem necessidade de recorrer à opinião das pessoas que os rodeiam para tomarem uma decisão. Mas este processo é entendido pela autora mais como uma extensão dos diálogos internos e menos como uma forma de mediação distinta com as suas próprias especificidades.

galidade os cálculos relativos às despesas fixas mensais são com frequência realizados conjuntamente. Quando os sujeitos querem clarificar aquilo que pensam acerca de uma dada pessoa recorrem muitas vezes a terceiros para recolherem mais informação e conhecerem outras opiniões. O ato de reviver é parte integrante de reuniões familiares e de amigos, nas quais recordam em grupo experiências passadas partilhadas. Um casal de namorados pode imaginar a sua vida futura depois de casarem e de terem filhos. Praticar aquilo que se vai dizer num dado contexto pode ser feito em presença e com o apoio de um amigo ou familiar. Um jovem que tem um interesse amoroso por alguém pode ser incentivado pelo seu grupo de amigos a imaginar uma conversa com essa pessoa.

O exercício da reflexividade através de conversas externas resulta de diferentes situações. Desde logo, porque os sujeitos não vivem isolados e encontram-se enquadrados em múltiplas redes de relacionamento, com base nas quais têm de considerar as suas condutas (Lahire, 2002). A necessidade de cooperação, quer numa base quotidiana, quer a longo prazo, exige que em inúmeras situações a reflexão seja partilhada e a ação seja preparada conjuntamente. Há projetos definidos em grupo, nomeadamente de conjugalidade; há formas de conciliação entre esferas de vida, como entre o trabalho e a família, que exigem reflexão partilhada para a definição de uma estratégia adequada; há planificações que só podem ser consideradas se assentarem no apoio disponibilizado por terceiros.

Quando se trata de questões de natureza colectiva, o exercício da reflexividade tem de assentar, pelo menos em parte, em conversas externas. Por outro lado, os indivíduos podem, de facto, prosseguir objetivos individuais que dão lugar à elaboração de projetos, com base nos constrangimentos e possibilidades dos seus enquadramentos sociais. Mas esses contextos

são também espaços de interação, permeados pelos objetivos e projetos de outras pessoas, que podem interferir nos planos de cada sujeito. Neste sentido, tanto a definição dos projetos individuais, como a sua implementação incorporam esta componente relacional. A noção de pluralidade disposicional desenvolvida por Lahire (2001, 2002, 2012) alerta precisamente para a necessidade de se compreender as dinâmicas de compatibilidade inter (mas também intra) domínios sociais na definição da imagem que os atores têm de si mesmos e na elaboração de projetos individuais.

O exercício de conversas externas pode também resultar da atribuição que os sujeitos fazem aos que lhe são próximos de um papel de confidentes, conselheiros ou simplesmente ouvintes. Junto de amigos e familiares as pessoas entrevistadas exercitam a sua consciência discursiva para desabafarem, pedirem conselhos, clarificarem ideias ou partilharem preocupações. Estes diálogos assentam muitas vezes em reflexões prévias que tiveram lugar isoladamente nas mentes individuais. Contudo, não representam uma transposição direta de conversas internas para contexto de interação. Não só porque os diálogos interiores não são apenas exercidos através da linguagem, como também porque a própria situação de copresença influi no modo como os sujeitos moldam o seu discurso. Faz, portanto, sentido considerar as conversas externas como distintas dos diálogos que ocorrem na privacidade mental dos indivíduos e analisar as suas especificidades.

A maior parte dos entrevistados tem como prática frequente procurar ativamente as pessoas que lhe são mais próximas para obter alguma reação aos seus pensamentos e sentimentos. O mais comum é recorrerem a amigos e familiares quando estão perante a necessidade de tomarem uma decisão com implicações consideráveis nas suas vidas. Reúnem opini-

ões e conselhos e encontram um espaço de reflexão conjunta, onde podem expressar as suas preocupações e os seus próprios argumentos. Verbalizar pensamentos é também objetivá-los, construí-los e atualizá-los, o que contribui para clarificarem as suas próprias ideias. A importância desta vertente fica bem expressa na frequência de terapia por parte de alguns entrevistados, que sentem ser útil ter espaços e momentos próprios para fazerem este exercício. Falar com alguém próximo nem sempre é suficiente pelas dinâmicas de ocultação e vergonha que muitas vezes interferem na interação. Conversar com uma pessoa estranha torna, nestes casos, o processo de objetivação das reflexões internas mais fluido e aproximado da privacidade interna.

A procura de familiares e amigos com fins reflexivos é ainda uma forma de validarem as suas opções e racionalizações. Em muitas circunstâncias precisam de compreender qual o posicionamento de pessoas que lhes são próximas e cuja opinião valorizam para definirem ou reforçarem a sua posição face a um dado assunto. Noutros casos, em conversa com amigos e familiares questionam os seus motivos, alteram a sua argumentação e passam a olhar para o problema que enfrentam de maneira diferente.

As competências reflexivas dos sujeitos são exercidas discursivamente em contexto de interação de forma seletiva. Os entrevistados partilham as suas preocupações e procuram aconselhamento para questões distintas junto de pessoas diferentes. Isto decorre, na linha de Lahire (2002, 2012), precisamente porque os indivíduos têm incorporadas as normas de funcionamento e limites do campo de ação de cada contexto em que habitualmente atuam e, para além disso, o seu património disposicional ajusta-se de forma diferenciada à pluralidade das disposições dos atores com que neles interagem. Ou seja, os su-

jeitos têm a capacidade, com base no conhecimento incorporado dos seus enquadramentos de vida e dos seus relacionamentos, de adequar contextualmente as suas práticas e discursos. Depende da intimidade da relação e do âmago da conversa. É frequente estabelecerem segmentações a este respeito, de acordo com a receptividade que pensam encontrar por parte das pessoas, com a valorização dos conhecimentos e experiência desses sujeitos face ao assunto que os preocupa, e com os laços emocionais que com eles mantêm.

Mas o exercício da reflexividade em interação não resulta sempre da procura direta de reflexões conjuntas. Existem inúmeras situações em que as competências reflexivas são ativadas de modo mais espontâneo. Até porque as próprias dinâmicas de interação estão permeadas e suscitam, em diferentes graus, a reflexividade individual. Os sujeitos têm a capacidade de ajustarem os seus comportamentos às normas, implícitas e explícitas, dos contextos por onde se movem e às pessoas com quem aí se cruzam.

Grande parte da adequação das condutas em interação ocorre de forma mais mecanizada, porque os seus princípios foram interiorizados ao longo do percurso biográfico, principalmente quando se tratam de enquadramentos mais familiares e de presença mais constante (Bourdieu e Wacquant, 2007: 133; Lahire, 2005b: 21). Mas existe sempre um grau de imprevisibilidade nos contextos de copresença que não torna possível aos indivíduos, em todos os momentos, anteciparem aquilo que vai acontecer e como devem responder (Lahire, 2001, 2002). O rumo de uma interação depende sempre de inúmeros fatores que os sujeitos não podem controlar inteiramente, pelo que têm de se ajustar frequentemente aos parâmetros que encontram, o que implica ativação de competências reflexivas. Os sujeitos têm de pensar acerca do melhor comportamento a adoptar em deter-

minada situação, tendo em consideração as características das pessoas com quem estão e aquilo que está ao seu alcance fazer.

A definição da situação é feita de negociações conjuntas, mediante as quais os atores sociais controlam certos aspectos dos seus comportamentos (as emoções que veiculam, os gestos que fazem e sobretudo aquilo que dizem e como se expressam verbalmente) para transmitirem uma imagem específica de si mesmos. Estas dinâmicas de autodisciplina decorrem de reflexões levadas a cabo silenciosamente nas mentes individuais, mas também, por vezes simultaneamente, de diálogos reflexivos que os sujeitos mantêm com as pessoas com quem interagem. Os entrevistados referem-se frequentemente a situações em que sentem necessidade de refletir conjuntamente com as pessoas que têm na sua presença para clarificarem certos aspectos do contexto em que estão a agir e da conduta que ambos estão a adoptar.

PRÁTICAS DE ESCRITA

A reflexividade pode ainda ser exercida através da escrita e foi sobretudo esta a componente externa das competências reflexivas mais explorada por Lahire (1993a, 1995, 2001, 2005a, 2008a, 2008b). De acordo com o autor, colocar em palavras pensamentos, argumentos, desabaços, razões para agir, tarefas, horários, rotinas, emoções, projeções de futuro e memórias do passado é estabelecer um distanciamento face à ação. Tomando-a como objeto, a escrita permite criar um domínio simbólico sobre aquilo que era dominado apenas em termos práticos. Este distanciamento objetivante representa uma rutura com o sentido prático da ação, pelo que possibilita o questionamento e a

racionalização das condutas sociais⁴. Decorre daquilo que são as dinâmicas próprias da vida interior dos sujeitos e, independentemente de a escrita ser privada ou para partilhar com outros, é uma plataforma de diálogo que os indivíduos estabelecem consigo mesmos. Contudo, não se limita a uma mera transposição das conversas internas. Estes diálogos não se restringem à linguagem, pelo que escrever implica seleccionar, filtrar e ordenar pensamentos, sensações, símbolos e imagens. A escrita é ela própria geradora de reflexividade, dando origem a novas reflexões, aprofundando ideias pré-existentes ou direccionando-lhes um novo olhar. Num certo sentido, a escrita trabalha a reflexividade decorrente das conversas internas e externas.

A este nível é possível identificar quatro tipos distintos de práticas de escrita: autobiográfica, criativa, comunicacional e organizativa. A escrita autobiográfica assume a forma de diários, blogs ou de textos mais dispersos. Através destas plataformas os entrevistados refletem sobre momentos passados, determinados acontecimentos, relacionamentos, ansiedades, projetos e emoções (Lahire, 2008b)⁵. É um modo de desabafarem, clarificarem ideias e registarem diferentes fases das suas vidas. Ao colocarem em palavras experiências e sensações que poderiam ter ficado num estado semiconsciente tomam as suas práticas como objeto de reflexão. No fundo, a escrita autobiográfica possibilita uma relação tripla com a ação: de retorno, de prolongamento e de preparação. Ao escreverem sobre situações que viveram avaliam os seus comportamentos e percepções, estendem no tempo o efeito desses momentos passados e usam-nos como fonte de aprendizagem para contextos futuros.

⁴Ver também Aníbal (2011), Ávila (2008), Goody (1987a, 1987b) e Lahire (1990, 1993b, 1997).

⁵A este respeito ver também Fabre (2002) e Laé e Kempeneers (2008).

O recurso à escrita como instrumento autobiográfico de reflexão tende a intensificar-se em determinados períodos e fases de vida. Para os entrevistados que recorrem a estas práticas a adolescência constitui uma etapa das suas biografias em que tiveram maior necessidade de se expressarem, falarem sobre si mesmos e perceberem aquilo que sentiam e faziam. Os momentos de crise, que exigem que os sujeitos lidem com problemas e dificuldades, exponenciam também este tipo de prática, precisamente por ser uma plataforma de clarificação de emoções e percepções (Lahire, 2008b). Para fazerem sentido do sucedido, têm maior necessidade de transpor para palavras aquilo que aconteceu, o que sentem, como reagiram e como avaliam a situação. Este exercício catártico, por vezes com uma função terapêutica, permite-lhes conhecerem-se melhor, aliviarem a carga emocional que enfrentam, racionalizarem as crises e, por vezes, definirem mesmo uma estratégia de ação.

A escrita autobiográfica não é, contudo, praticada por todas as pessoas entrevistadas. Na linha daquilo que foram as conclusões de Lahire (1995, 2008b), são sobretudo as mulheres, os indivíduos mais jovens e os sujeitos mais qualificados quem investe com maior frequência neste tipo de prática. Este perfil sociodemográfico é consonante com o tipo de relação com a linguagem que a escrita autobiográfica requer. São precisamente as pessoas com um relacionamento mais prolongado com a escola e que são oriundas de contextos familiares que privilegiaram um contacto positivo com a leitura e com a escrita, quem mais frequentemente escreve sobre si mesma em diários, blogs ou cadernos de notas. A familiaridade com o escrito e um domínio considerável da linguagem – estimulados pela família e pela escola, mas também pelos seus outros contextos de vida, nomeadamente o trabalho e junto das redes de sociabilidade –

tornam possível a objetivação de sentimentos e momentos em palavras como plataforma de autoconhecimento.

Ao escreverem sobre si mesmas as pessoas não só objetivam reflexões internas prévias, elaboram novas considerações, como podem ainda refletir sobre aquilo que pensaram e escreveram quando releem textos passados. Para além disso, alguns dos textos são partilhados com amigos e familiares, pelo que as reações obtidas estimulam novas reflexões, por vezes conjuntas.

Importa realçar que a escrita autobiográfica não é exclusiva dos sujeitos mais qualificados, com níveis de escolaridade no patamar do ensino superior. Outros entrevistados referiram-se também a práticas ocasionais de escrita, particularmente na adolescência ou, já em adultos, em momentos mais difíceis das suas vidas. Trata-se, contudo, de exercícios esporádicos, ou geralmente levados a cabo numa determinada fase do percurso biográfico e sem continuidade futura. O que estes casos permitem perceber é que a partir de um determinado patamar qualificacional, nomeadamente níveis de escolaridade intermédios, a escrita autobiográfica pode surgir, mas tende a ser esporádica, circunscrita a certos momentos e não assume a mesma importância nos processos de definição identitária como sucede para um perfil mais qualificado.

A escrita é também levada a cabo, privilegiadamente, pelos sujeitos com níveis de escolaridade ao nível do ensino superior como prática criativa na elaboração de prosa literária e poesia. É um exercício estético de domínio da linguagem na criação de ficção e poemas. Surge aqui como um tipo distinto de prática de escrita reflexiva, mas constitui, no fundo, uma extensão da prática autobiográfica. Os entrevistados mobilizam as suas experiências pessoais para transmitir determinadas emoções e para criarem personagens e narrativas. Ao fazê-lo

estimulam a reflexão sobre si mesmos. Até porque a escrita de cariz mais literário assume-se para estes sujeitos como uma prática cultural identitária: com os seus textos procuram espelhar, ainda que parcialmente, quem são, aquilo que aspiram ser e a imagem que pretendem transmitir de si mesmos em determinados contextos. Estes escritos são mais facilmente partilháveis com amigos, familiares e colegas por remeterem para cenários ficcionais, apesar da sua componente biográfica.

Outro tipo de escrita, transversal a todos os entrevistados, embora mais presente nuns do que noutros, é o que remete para a comunicação com outras pessoas. Para os mais velhos, com exceção daqueles que não sabem ler nem escrever, a escrita de cartas foi particularmente comum em determinados períodos das suas vidas, nomeadamente quando se afastaram de familiares e amigos por deslocações residenciais no país, emigração ou participação na Guerra Colonial Portuguesa. Deste grupo, os mais qualificados juntam-se atualmente aos mais jovens no recurso a plataformas electrónicas de comunicação escrita, como o email, o chat ou as mensagens de telemóvel. Nem todas permitem o mesmo tipo de redação, mas sobretudo as cartas e os e-mails desempenham um papel similar à escrita autobiográfica, embora sejam construídos especificamente para serem lidos por outras pessoas. Quando se dirigem a alguém próximo do ponto de vista emocional, estes instrumentos são usados para relatar episódios, refletir sobre sentimentos, questionar comportamentos e pedir aconselhamento. São, no fundo, reconversões de conversas externas e integram os processos de reflexividade em contexto de interação.

É também comum o recurso à escrita de recados, seja para transmitir alguma informação relevante, seja como instrumento afetivo. Alguns dos entrevistados que partilham casa com amigos ou que vivem em conjugalidade reconheceram a redação

ocasional de bilhetes de amizade ou de amor. É, no fundo, uma forma de agir à distância, reforçando laços e garantindo uma presença simbólica afetiva (Lahire, 2001: 231).

Noutras situações, a escrita, ao invés de ser o meio de comunicação, serve de suporte para preparar a interação oral com os outros. Em situações mais formais, que geram maior insegurança quanto ao desempenho discursivo, alguns sujeitos, sobretudo os mais qualificados, optam por preparar o seu discurso por escrito (Lahire, 2001: 224-230). Sentem maior facilidade na expressão de ideias, podem corrigir a sua argumentação e prepara-los para a formalidade e para a urgência da prática que determinadas situações de copresença exigem. É o caso de reuniões de trabalho, conversas com prestadores de serviços e apresentações de aulas.

Por último, importa ainda dar destaque a práticas de escrita que remetem para a organização pessoal em diversas esferas de vida. Aproximam-se daquilo que é geralmente designado por escrita comum ou doméstica (Lahire, 1995, 2001)⁶. É transversal a todos os entrevistados e é parte integrante dos quotidianos dos sujeitos (com exceção daqueles que não sabem ler nem escrever). As listas de compras e de tarefas escolares, profissionais e domésticas, são as ferramentas mais comuns entre as pessoas entrevistadas. Mais variável é a utilização de lembretes (para não se esquecerem de aniversários, tarefas e compromissos), de registo de despesas e gastos (como forma de gestão financeira do agregado doméstico), de quadros planificadores de atividades e tarefas (diários, semanais ou mensais), de apontamentos em agendas e calendários (para planificação de tarefas, atividades e compromissos), de itinerários de via-

⁶Ver também Chaudron e Singly (1993), Fabre (1993, 1997) e Fossé-Poliak (1993).

gem (que organizam horários e percursos) e de recados (que informam de ausências e solicitam tarefas).

Estas práticas mais comuns de escrita, que são levadas a cabo em diferentes suportes (papel ou electrónico), têm como principais funções apoiar a memória e preparar a prática. Ao objetivarem em texto atividades, tarefas e os tempos associados a cada uma delas, com base nas possibilidades e constrangimentos que encontram nos seus contextos de vida, estabelecem um distanciamento face às suas práticas, o que lhes permite racionalizá-las e organizá-las da melhor forma (Lahire, 2001: 209-213).

Para quem tem quotidianos mais preenchidos, menos rotineiros e compostos por práticas mais complexas, nomeadamente os entrevistados com um perfil mais qualificado e feminizado, o recurso a meios de objetivação e planificação do tempo (como agendas, lembretes e listas) assumem centralidade na organização de atividades, tarefas e horários (Lahire, 2001: 222-224). Deste modo garantem o cumprimento de todas as responsabilidades e distribuem o seu tempo por cada tarefa. Mobilizando as suas competências reflexivas aprendidas fazem-no muitas vezes de modo mais intelectualizado e sistemático, com recurso a esquemas, tabelas e programas informáticos.

Quando os quotidianos são mais rotineiros, compostos por práticas repetitivas e pouco variáveis, a necessidade de planificar o tempo é secundarizada. Os entrevistados que se enquadram neste perfil mais rotinizado, que são também os que têm qualificações média ou baixas, não encontram sentido em recorrer a agendas e listas porque os seus dias e a sua alocação do tempo se repete quotidianamente. Por exemplo, as mulheres não têm de listar as tarefas domésticas, como lavar a louça, estender a roupa ou preparar o jantar devido ao grau de incorporação destas práticas. Mas, por outro lado, quando é soli-

citada ajuda aos maridos sentem necessidade de listar as compras a fazer e as tarefas a desempenhar, precisamente porque eles não têm o mesmo nível de inculcação deste tipo de ações. Nenhuma das 20 pessoas entrevistadas sente necessidade de ser recordada de tarefas banais, como, por exemplo, as que estão associadas à higiene pessoal, às deslocações casa-trabalho ou casa-escola, bem como aos momentos de relaxamento ao final do dia.

Em termos gerais, quando o sentido prático não é suficiente para dar resposta às atividades e compromissos surge a necessidade de recorrer a meios de objetivação do tempo. Tal como Lahire (2001: 204-209) verificou nos seus trabalhos, para os entrevistados com inserções sociais mais desfavorecidas as anotações em agendas e o uso de lembretes e listas tende a ocorrer apenas quando se tratam de eventos excecionais ou que têm lugar a uma distância temporal considerável. A valorização da memória sobrepõe-se nestes casos à funcionalidade planificadora da escrita. O recurso a anotações é inclusive entendido, principalmente para os homens, como sinal de fraqueza intelectual, mesmo que muitas vezes as suas cônjuges tenham de anotar os seus compromissos para garantir que eles não os esquecem.

Para aqueles que não sabem ler nem escrever a memória atua como forma de compensar os défices linguísticos na planificação do quotidiano. Com competências de literacia escassas (em termos de cálculo) ou mesmo inexistentes nalguns domínios (como a leitura e a escrita), recorrem à capacidade de memorizarem eventos e procedimentos. Esta competência não lhes permite, contudo, dar resposta a todas as exigências dos seus quotidianos, nomeadamente as que se enquadram em contextos mais formais e requerem a mobilização e interpretação de informação escrita. A sua autonomia fica comprometida pela

dependência de familiares, geralmente os filhos, a quem recorrem para levar a cabo determinadas tarefas, nomeadamente nas Finanças, na Segurança Social ou em instituições bancárias.

A escrita de organização pessoal desempenha ainda o papel de técnica de controlo de si (Lahire, 2001: 220-221). Ao definirem previamente aquilo que vão comprar, o que podem gastar, quanto tempo dispensam para cada atividade, que percursos fazem numa viagem ou que tarefas têm de realizar num dado dia estão a regular as suas práticas dentro de determinados parâmetros. Para alguns entrevistados este auto-constrangimento tem sobretudo lugar para questões financeiras, nomeadamente para os que têm inserções sociais mais desfavorecidas. Para os restantes sujeitos é mais abrangente, embora essa transversalidade seja mais notória para os mais qualificados.

DIVERSIDADE CONTEXTUAL E PLURALIDADE DISPOSICIONAL

Mesmo considerando as diferentes modalidades de exercício da reflexividade, a sua ativação não pode ser pensada como um processo uniforme e transversal aos diferentes contextos de vida dos sujeitos. Alguns enquadramentos sociais, bem como quadros de interação específicos, estimulam, mais do que outros, a mobilização de competências reflexivas para dar resposta às exigências do relacionamento interpessoal.

Lahire (2012: 21-34) dá um contributo fulcral a este nível, considerando que as práticas se explicam pelo encontro do passado incorporado com a situação presente. Significa, portanto, que os contextos de ação atuais e a interação que os indivíduos neles mantêm com outras pessoas podem despoletar a ativação de determinadas disposições e a ocultação de outras. No mes-

mo sentido, resultam potencialmente na mobilização contextual de competências reflexivas. Os indivíduos podem ter diferentes níveis de reflexividade em enquadramentos sociais diferentes.

Quando questionados diretamente sobre os seus pensamentos e comportamentos em situações de interação, sobretudo em copresença, foi comum à generalidade dos entrevistados iniciarem as suas respostas com a palavra “depende”.

Os sujeitos, enquanto atores plurais, movem-se por diferentes contextos quotidianamente, e ao longo dos seus percursos de vida, e têm a capacidade de se adaptarem, mais ou menos conscientemente, às normas e parâmetros de cada um deles. Adequam a sua conduta ao tipo de enquadramento e ao comportamento dos outros.

Eu acho que desde pequeno sempre tive o cuidado de adaptar o meu registo ao que eu penso ser a capacidade de inteligência e o registo de conforto da pessoa com quem estou a falar. (Gil, 21 anos, estudante de mestrado)

Também tenho que ver como é que eles dizem as coisas antes de falar. (Fernando, 66 anos, não sabe ler nem escrever, servente de pedreiro)

Quando um fala o outro cala-se pensando o que é que há-de ouvir dali e depois o que é que há-de dizer. Por vezes acontece isso. (...) Às vezes pensa-se, a gente estudar primeiramente aquilo que vai dizer com esta mulher, com aquela nova, aquela velha, com este camarada, com o outro amigo. Pensar como é que há-de dizer a coisa para que não ofenda. (...) Um homem tem que estudar a coisa primeiro. Depois fala-se, se vê que a ela agrada a coisa, bem, continua-se. Se vê que não agrada, parou. (José, 80 anos, não sabe ler nem escrever, pastor)

Eu antes de dizer, penso. Qualquer conselho ou qualquer coisa eu não digo logo à pessoa, penso e depois digo: “assim é que devo dizer”. (Regina, 56 anos, 1º ciclo do ensino básico, empregada de limpeza)

Às vezes a gente sabe o que é que a outra pessoa quer que nós digamos para que seja cordialmente com a outra pessoa. Mas isso é em termos só mais de trabalho. (Nuno, 37 anos, ensino secundário, vigilante)

Com base no conhecimento incorporado que têm acerca dos contextos e das pessoas que neles encontram, bem como dos papéis sociais que aí desempenham, procuram frequentemente, através da ativação das suas competências reflexivas, corresponder às expectativas (internas e externas) que veem recair sobre si mesmos.

Se eu sinto que é isso que é esperado... (...) Em situações de festas, por exemplo. Festas no sentido de encontro de muitos amigos juntos num sítio (...) Eu tinha que estar mesmo muito em baixo para estar num cantinho quieta. Se é uma situação de festa e eu sei que é esperado nós estarmos bem-dispostos e felizes, é isso que eu faço normalmente. Faço esse esforço, mesmo que não me apeteça muito ou que não esteja muito para aí virada, para naquela situação corresponder àquilo que as pessoas estão à espera. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Eu acho que há situações em que todos nós temos que agir em conformidade com o que está a acontecer porque temos essa expectativa de que alguém está à espera que aconteça assim. Volto a dizer, eu acho que isso tem um pouco a ver com o contexto. (Marta, 48 anos, doutoramento, professora universitária)

Eu quando estou num contexto em que sei qual é o meu papel, as minhas ações vão de encontro àquilo que eu tenho que desempe-

nhar no papel e muitas vezes é aquilo que é esperado de mim. Quando o estou a fazer, já o estou a fazer de forma consciente. E quando eu estou a desempenhar determinado papel eu compreendo que haja situações em que eu tenho que defender, por exemplo, a instituição que estou a representar. E muitas das vezes eu tenho que articular argumentos que vão de encontro às necessidades de quem eu estou a representar, que se fosse eu se calhar era diferente. Mas eu não estou ali como eu. (Lourenço, 45 anos, doutoramento, professor universitário)

Estes exemplos remetem para episódios de interação quotidiana, mas as dinâmicas retratadas aplicam-se também a situações com outra duração temporal. O caso de Rosa – uma entrevistada com 70 anos e qualificações escolares médias para a sua geração – ilustra particularmente bem como esta gestão de desempenhos individuais ajustados a expectativas sociais pode ocorrer no decurso de longos períodos nos percursos de vida dos sujeitos. Rosa procurou, durante a maior parte do seu trajeto biográfico, corresponder a um modelo de filha, mãe e esposa que imaginava ser o que esperavam que ela prosseguisse, sobretudo nos contextos familiares.

Aconteceu-me toda a vida. Com muita pena minha. Fui uma impostora de mim mesma muito tempo. Tempo demais. (...) Eu tentava fazer o que esperavam de mim e aguentei demais. Fiz demais esse papel. (...) Eu quando estendi demais e anulei-me demais, mascarei-me demais, deixei parecer ser muitas vezes uma pessoa, sendo outra. Para manter uma paz, uma aparência de: "está tudo bem!". (Rosa, 70 anos, 3º ciclo do ensino básico, preparadora química)

Este exemplo ilustra também a importância das dinâmicas de distanciamento face aos papéis sociais desempenhados nos contextos de interação (Goffman, 1986). Ao mesmo tempo que

procurava ir ao encontro das expectativas daqueles que a rodeavam, Rosa distanciava-se, internamente, de forma consciente, do seu próprio comportamento, não deixando que a subserviência que exteriormente expressava definisse a sua identidade. Foi o conflito gerado por esta discordância entre a sua vida interna e os seus enquadramentos externos que a levou, em conjunção com outros fatores, anos mais tarde, a agir sobre as suas circunstâncias.

O caso de Rosa permite ainda perceber que os indivíduos se relacionam diferentemente com as suas disposições. Como afirma Lahire (2005b: 20-23), os hábitos incorporados não conduzem necessariamente, e de forma direta, a determinado tipo de práticas se não se verificar uma apetência para as concretizar. Os constrangimentos sociais podem não ser vividos como tal numa lógica da “necessidade feita virtude” (Bourdieu, 2003: 433-461), em que se verifica algum grau de adesão aos princípios constituintes dessas disposições, ou pelo menos a não rejeição das mesmas. Por outro lado, a ausência de apetência para determinado tipo de práticas pode conduzir, inversamente, a alguma resistência e a sentimentos negativos face a essas disposições. A apetência é indissociável das competências reflexivas dos indivíduos, mas também dos contextos de constituição e atualização das disposições.

São inúmeras as situações no dia-a-dia em que os sujeitos se distanciam dos seus próprios pensamentos e opiniões para viabilizarem os processos de interação. É frequente ouvirem ideias com as quais discordam veementemente e não se manifestarem porque não querem gerar conflitos; procuram não dar a sua opinião quando não querem magoar a pessoa com quem estão a falar; evitam situações de confronto de perspectivas contrárias face a um determinado assunto para garantir alguma tranquilidade na interação; quando estão mais tristes, desani-

mados ou cansados, fazem um esforço para ouvir as preocupações dos outros; evitam partilhar os seus estados emocionais quando não querem aborrecer as outras pessoas, quando acham que não vão ser compreendidos, quando estão perante pessoas com quem mantêm laços menos estreitos ou simplesmente porque não querem falar sobre o assunto; nem sempre dizem o que pensam porque consideram que nem toda a gente deve conhecer determinados aspectos das suas identidades; procuram abster-se em situações de terceiros em que acham que não devem intervir.

Tudo isto corresponde a um trabalho de gestão de impressões e emoções (Goffman, 1986, 1993). Estas dinâmicas de seleção, filtragem, exposição e ocultação relativamente aos seus pensamentos e emoções são parte integrante da interação. Os sujeitos gerem a informação que têm dos contextos, das pessoas com que neles contactam e a imagem que passam de si mesmos como estratégia de ajustamento e de definição das situações.

Eu não acho que se deva dizer tudo. (...) Às vezes, por exemplo, com amigos, há muitas vezes em que o facto de eles estarem muito em baixo constantemente, aquilo é muito cansativo para mim, não me apetece estar com eles e acho que lhes devo um bocado disso e faço esse esforço. E não demonstro nada de que estou farta daquela conversa ou que não me apetece ouvir aquilo outra vez porque acho que eles não merecem isso. Mas às vezes tenho mesmo que fazer esse esforço. (...) Penso muito nisto: “será que a pessoa tem que saber que eu estou a sentir isto ou não tem?” Se eu acho que sim, digo. (...) Mas muitas vezes acho mesmo que não devo demonstrar aquilo que sinto, de todo. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Depende do contexto, mas pode haver situações que eu possa fazer esse esforço. Eu também tenho aprendido com o tempo e com as situações que às vezes mais vale estar calado (...) porque às vezes a

verdade não é bem aquilo que se quer ouvir. (...) Já houve períodos e momentos em que acho que me prejudiquei muito por ter sido verdadeira, por ter sido honesta, por ter sido frontal. (Marta, 48 anos, doutoramento, professora universitária)

São daquelas situações em que às vezes penso: “não vou aturar mais isto, não tenho mais disposição para isto”. Só que depois não consigo, não consigo mandar as pessoas passear. (...) Em determinados contextos, sobretudo quando não me é pedida opinião ou quando eu não tenho rigorosamente nada a ver com o assunto, tenho que aguentar. (...) No trabalho é regular. Até num simples ato quando as pessoas estão a tomar um café ou a fumar um cigarro, às vezes são ditas coisas que me arrepiam da cabecinha aos pés. Mas como não tenho rigorosamente nada a ver com o assunto, tenho que me aguentar. (Helena, 33 anos, licenciatura, técnica superior da administração pública)

Às vezes, sim. Consoante as pessoas, sim. Se estou na faculdade e é um dia em que estou mais triste ou mais desmotivada nunca tento demonstrar isso, pelo contrário. Mas se estiver com uma amiga minha, mais íntima ou assim, posso demonstrar que estou triste. (Margarida, 21 anos, estudante de licenciatura)

Já fiz esforços para esconder o que sentia por uma questão de não preocupar as outras pessoas. (...) Dependendo da pessoa, da situação de que se trata e que justifica a tal emoção mais negativa. Normalmente opto por não falar do assunto ou desviar o assunto. (Gil, 21 anos, estudante de mestrado)

Por vez pensa-se, depois esconde-se. (...) O esforço que faço é: quando não quero dizer aquilo que penso volto costas e vou-me embora. (José, 80 anos, não sabe ler nem escrever, pastor)

Às vezes penso certas coisas, mas depois penso que não é nada comigo e não vou dizer. Devia dizer aquilo, mas não digo porque

pode aquela pessoa não aceitar bem e então acabo por não dizer. (...) Às vezes é para não preocupar. (Filomena, 58 anos, 2º ciclo do ensino básico, empregada doméstica)

Pois, há coisas que a gente às vezes quer dizer mas não diz. (...) Acontece, engole em seco. (...) Porque a pessoa não tem a culpa de a gente ter certos problemas, de estar aborrecida. (...) Às vezes gostava de dizer logo quando as pessoas precisam de ouvir, mas não consigo. Consigo consumi-las para mim e não digo para não ofender as pessoas. (Palmira, 62 anos, não sabe ler nem escrever, empregada doméstica)

Este ajustamento contextual é, em muitas circunstâncias, pré-reflexivo, orientado pelo sentido prático. Mas a orientação da ação proporcionada pelas disposições combina-se de forma variável, em inúmeras ocasiões e momentos, com o papel da reflexividade individual na definição das práticas. Precisamente porque os contextos de interação não podem ser inteiramente antecipados é sempre necessário tomar decisões *in loco* e, nesse sentido, pensar na melhor conduta a adoptar, no que dizer e fazer face aos outros.

Nestas dinâmicas de ajustamento a contextos e pessoas, os indivíduos são muitas vezes auxiliados por terceiros, que alertam para desfasamentos entre a ideia que os sujeitos têm daquilo que transmitem de si e os seus comportamentos reais na presença de outros. No fundo, fazem-nos tomar consciência e refletir sobre determinados aspectos das suas condutas que, por vezes, pretendem corrigir.

Tenho uma amiga minha que disse uma coisa muito engraçada sobre mim e quando ela me disse aquilo fez-se luz. Porque ela tem toda a razão e eu nunca tinha pensado nisto desta maneira. Ela diz que eu acho que estou a agir de determinada forma e que estou a dizer determinada coisa e ela, que está a ouvir, diz: “não, tu não

disseste nada disso”. (...) Na minha cabeça estou, por exemplo, a ser desagradável ou estou a ser agressiva. E ela diz que não, que fui muito querida e não fui nada daquilo que estava a achar. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Uma pessoa, uma amiga que também me acompanhou durante alguns anos costumava dizer uma coisa que eu achava graça e que acabei por perceber que era verdade. É que o recurso ao humor que eu faço muitas vezes era a minha forma inteligente de lidar com o sofrimento. E eu acho que é isso mesmo. Portanto, eu muitas vezes estou em situações muito complicadas e, enfim, mando umas bocas e digo assim umas piadas e tal, e quem está de fora e me conhece menos bem nem sonha que eventualmente a coisa está mesmo a pegar fogo. (Marta, 48 anos, doutoramento, professora universitária)

Um fator determinante no que diz respeito à ativação de competências reflexivas como forma de ajustamento às situações de interação diz respeito à familiaridade dos contextos. Quando se tratam de enquadramentos mais informais, de contacto mais constante e prolongado, nos quais os sujeitos interagem com pessoas com quem mantêm uma relação de grande proximidade, como familiares ou amigos, sentem-se mais descontraídos e confortáveis e, por isso, sentem menor necessidade de auto-monitorização. No fundo, o sentido prático sobrepõe-se à reflexividade na orientação da ação em contextos de maior familiaridade, que promovem um grau de fixação mais forte das disposições, decorrente da frequência com que as mesmas são requeridas, ativadas e atualizadas nesses enquadramentos (Lahire, 2002: 414-417).

Enfim, depende também dos contextos, mas se estou com pessoas que conheço bem, estou perfeitamente à vontade. Se estou com

Cadernos do Sociofilo

peessoas que conheço menos bem, talvez não fale tanto. (Marta, 48 anos, doutoramento, professora universitária)

Há pessoas com quem eu não faço esse esforço. Que me conhecem melhor e que sei que posso contar com elas. (Cláudio, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, gestor de conta)

Quando estou a falar com pessoas que já conheço não preciso de estar a filtrar aquilo que digo. Se sair asneira compreendem bem, embrulham tudo no mesmo saco e pronto. Com outras pessoas não será assim. Depende. (Luís, 60 anos, 3º ciclo do ensino básico, electromecânico de elevadores)

Em contextos mais formais, com pessoas com quem têm menos confiança e com quem interagem menos frequentemente e onde desajustes e deslizos podem ter maiores implicações na imagem que transmitem de si mesmos, os entrevistados adoptam geralmente uma postura mais reservada, estão mais conscientes do que fazem e dizem, e monitorizam mais o seu comportamento. Tende a ser particularmente frequente no contexto de trabalho, embora esta distinção entre enquadramentos formais e informais não seja assim tão linear. No espaço laboral estabelecem-se também relações de proximidade que contrastam com momentos mais formais de reuniões ou interações com, por exemplo, superiores hierárquicos. Para além disso, uma atitude de maior reserva tem também lugar junto de determinados familiares e amigos, com quem o contacto é mais esporádico e distanciado.

Só com pessoas com quem não tenho muita confiança ou com quem estou um bocado atrapalhada ou assim. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Depende da situação. Se for uma situação mais formal as coisas são um bocadinho mais calmas. Se for uma situação mais informal às vezes sai disparate... (...) Geralmente quando faço, faço num círculo de pessoas que me conhecem relativamente bem e sabem que eu digo coisas que podem parecer disparatadas (...) Eu faço conscientemente, eu sei é que as pessoas vão interpretar da forma correta. Porque posso dizer coisas que são de uma crueldade e toda a gente sabe que eu não sou cruel. (Lourenço, 45 anos, doutoramento, professor universitário)

No trabalho (...) há conversas que me custa mais falar. No caso dos amigos, normalmente sai naturalmente, mesmo que seja alguma conversa mais difícil. Por exemplo, com os patrões há certas coisas que custa falar, ou por receio, ou será que me podem dizer que está mal, ou será que vão concordar. E aí sim, penso, preocupa-me. (Irina, 34 anos, ensino secundário, empregada doméstica)

É em contextos mais formais, mas também em interação com pessoas com quem têm menos confiança, quando discutem certos assuntos e quando há alterações ou rupturas aos parâmetros relacionais que anteciparam, que os entrevistados enfrentam maior dificuldade em verbalizarem os seus pensamentos. É comum relatarem episódios nos quais pensaram previamente, nas suas mentes, dizer determinada coisa, mas não conseguiram verbalizá-la.

Depende das pessoas, com algumas sim. Depende também dos contextos, mas há muitas vezes contextos onde eu nem consigo verbalizar bem o que eu estou a pensar. (...) Muitas vezes fico envergonhada e atrapalhada e não consigo mesmo verbalizar por isso. Se eu estivesse totalmente à vontade numa situação descontraída, eu era capaz de dizer. Quando não estou à vontade com aquilo que sinto e com aquilo que estou a pensar, custa-me um bocado a verbalizar isso daquela forma que eu estou a pensar. (Rita, 29 anos, mestrado, produtora de eventos)

Há aquelas zonas de conforto, aquelas áreas em que eu me sinto sempre mais à vontade para falar sobre. (...) Estou a tentar falar, explicar qualquer coisa e estou a ver que não sou capaz, que às tantas a pessoa já está a perder a paciência e já está com vontade de me esganar ou ir para qualquer outro sítio. Começo a ficar mais enervado e mais atrapalhado ainda e mais dificilmente consigo levar a conversa a bom porto. (Gil, 21 anos, estudante de mestrado)

Às vezes não sai muito bem. A gente está pensando numa coisa, vai dizer, por vezes esquece-se de um atrasado e já a coisa não é a correta como podia ser. (...) A gente está conversando com um e pensando noutro, depois volta-se para o outro esquece-se do que disse àquele. E então muitas das vezes está tudo desengalibrado. (José, 80 anos, não sabe ler nem escrever, pastor)

O nervosismo e a desorientação no discurso tendem a ser maiores quando estes desajustes entre pensamentos e a sua verbalização têm um impacto mais vincado do ponto de vista identitário, do que teriam em contextos mais informais, junto de pessoas mais próximas, que não recriariam da mesma forma os seus deslizos. Esta descoincidência entre conversas internas e externas é ainda susceptível de ocorrer quando há um desencontro entre disposições e contextos, ou seja, quando os sujeitos procuram agir da melhor forma com base na imagem que têm sobre esse contexto, apesar de não terem incorporados os esquemas de ação mais ajustados a essa situação.

A diversidade intercontextual na ativação da reflexividade deve ser ainda articulada com a variação intracontextual. Independentemente dos enquadramentos, existem determinados momentos e situações, em qualquer contexto, que fomentam o exercício de competências reflexivas. Praticamente todos os entrevistados tendem a ser mais reflexivos quando têm maior disponibilidade mental, nomeadamente quando estão sozinhos e não estão a ocupar a sua atenção com uma atividade imedia-

ta. Os sujeitos que vivem sozinhos ou que se encontram em situações de reforma ou desemprego relatam também com maior frequência momentos em que se entregam a pensamentos sobre quem são, o que fizeram, o que querem concretizar e como devem agir. Isto porque a reflexividade, para além de ser exercida na preparação da interação e no imediatismo das situações de copresença, é também ativada posteriormente, como meio de avaliação das condutas em interações passadas.

O exercício da reflexividade em diferentes contextos pode ainda mudar com o tempo. Por exemplo, o contacto inicial com um determinado enquadramento de interação requer um período, mais ou menos prolongado, de aprendizagem das respectivas normas de conduta, o que exige uma maior monitorização individual (Lahire, 2001: 263-264). Com a incorporação desses princípios a ativação das competências reflexivas reduz-se consideravelmente. Outro exemplo, que ficou subjacente à análise dos vinte entrevistados, remete para a influência, por vezes profunda, das experiências por que os sujeitos vão passando, nos seus modos reflexivos.

Dois entrevistados sofreram acidentes (um deles na Guerra Colonial Portuguesa, o outro no trabalho) com consequências graves para a sua condição emocional e física (num caso amputação de uma perna, no outro queimaduras em todo o corpo). Pelo impacto que estas ocorrências tiveram nas suas vidas (reorganização dos seus quotidianos e redefinição dos seus projetos), ilustram claramente como um determinado acontecimento pode conduzir à reestruturação dos esquemas mentais. Num outro caso, Rosa viu-se forçada a exercer um trabalho interno continuado para aprender a lidar com a toxicodependência do filho, o que a fez questionar, por exemplo, a sua postura no contexto familiar, passando a assumir uma atitude mais afirmativa. Caso Irina não tivesse imigrado para Portugal, onde

criou uma rede de apoio que a incentivou a sair de uma relação marcada por violência doméstica, não teria desenvolvido um modo reflexivo que lhe permite questionar as relações de gênero no casamento. Estes casos permitem perceber que a forma como cada pessoa pensa sobre si mesma no mundo pode mudar ao longo do percurso de vida, em consonância com transformações nas suas circunstâncias, contextos e experiências de vida.

O papel que a diversidade (intra e inter) contextual desempenha na ativação de competências reflexivas é ainda indissociável da pluralidade disposicional dos sujeitos. Pode ficar implícito na discussão até aqui empreendida (e no próprio trabalho de Lahire) que a pluralidade pode gerar reflexividade, no sentido em que o confronto entre diferentes contextos e normas de conduta, exige adaptação e, por isso, o exercício da reflexividade na procura do comportamento mais adequado a adotar. De facto, pensando no perfil mais qualificado e feminizado no conjunto de entrevistados, o contacto com a diversidade e a heterogeneidade contextual atuou como estímulo da reflexividade. Estes sujeitos são aqueles que revelam uma ativação mais frequente e transversal, do ponto de vista dos contextos, das suas competências reflexivas. Para os restantes entrevistados o exercício da reflexividade tende a ser mais segmentado. Por exemplo, e por oposição, os que têm inserções socioeconómicas mais desfavorecidas mobilizam com maior regularidade a sua reflexividade nos contextos familiares e laborais, atendendo à centralidade que as questões financeiras e a sustentabilidade do agregado doméstico assumem nas suas preocupações.

Mas deve também ser destacado que a relação entre pluralidade e reflexividade não é linear. As disposições podem ser heterogêneas, mas se se articularem com relativa harmonia e se se reforçarem mutuamente, a diversidade torna-se a norma e

não gera desajustes permanentes. Por outro lado, se existir confronto que origina conflitos internos, a ativação das competências reflexivas é mais frequente. A questão não é tanto se a heterogeneidade contextual e disposicional gera mais reflexividade, mas sim o modo como essa heterogeneidade é vivida.

No caso do perfil mais feminizado e qualificado não se verifica esse confronto e a ativação frequente das suas competências reflexivas não é produto da experiência de crises e desajustes. Isso porque existem outros processos e mecanismos de formação da reflexividade, por via de estímulos intensos, continuados e confluentes em diferentes esferas de vida, que explicam um modo de pensar sobre si no mundo caracterizado pelo exercício frequente e intenso de competências reflexivas. Mas noutros casos o impacto desse confronto (e não da heterogeneidade propriamente dita) é o que está, em grande medida, na origem do seu modo reflexivo. O desajuste entre os ideais de alguns entrevistados e os das suas famílias levou-os a repensarem as suas vidas e a adoptarem uma visão estratégica dos seus percursos. Noutras situações o conflito entre aquilo a que aspiravam e aquilo que incorporaram nos seus contextos reais de existência desempenhou também um papel decisivo no modo como os entrevistados se pensam a si mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando na globalidade da obra de Bernard Lahire, a reflexividade não constitui uma preocupação central, nem é uma problemática que o autor incorpore de forma sistemática e explícita em todos os seus trabalhos. Contudo, o quadro analítico que sustenta as investigações que levou a cabo sobre as mais diversas temáticas tem no seu âmago um conjunto de princípios teóricos e operatórios que criam um espaço de possibili-

dade favorável ao estudo sociológico da reflexividade individual. O presente artigo centrou-se precisamente na discussão de uma das dimensões desse contributo: a exterioridade da reflexividade.

Neste sentido, mais do que propor um programa de análise completo do conceito, o trabalho de Lahire faculta alguns instrumentos cognitivos que podem ser complementados com elementos operatórios de outras abordagens na construção de um modelo de investigação. No caso específico da noção de reflexividade, o seu principal contributo reside no facto de permitir perceber (embora o autor não tenha essa intenção explícita) como duas perspectivas tão diferentes como a de Bourdieu e a de Archer podem dialogar e ser combinadas. Não é inédito procurar articular estas duas propostas. Nos últimos anos têm surgido alguns apelos teóricos nesse sentido para uma maior complexificação da análise da ação (Adams, 2006; Elder-Vass, 2007; Fleetwood, 2008; Sayer, 2010; Sweetman, 2003; Vandenberghe, 2010a). Contudo, é preciso saber como ambos se podem combinar não só do ponto de vista teórico, como também a nível operacional e metodológico. A exploração feita neste artigo em torno da componente externa do exercício da reflexividade permitiu precisamente perceber como essa articulação pode ser concretizada a diferentes níveis, testando empiricamente a combinação dos dois autores por via dos contributos de Lahire, sem que seja necessário fazer concessões às propostas de um ou outro autor.

O ponto fundamental desta reflexão é que não é imperativo efetuar escolhas unilaterais entre as possibilidades de uma ou outra teoria, mas assume antes maior proficuidade analítica combinar elementos compatíveis de diferentes propostas que permitem observar os fenómenos sociais de forma complexa, relacional e multidimensional. É nisso que assenta a cumulat-

vidade do conhecimento científico e é precisamente esse um dos princípios básicos que estrutura o trabalho de Lahire.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adams, Matthew (2006), "Hybridizing habitus and reflexivity. Towards an understanding of contemporary identity?", *Sociology*, 40 (3), pp. 511-528.

Aníbal, Alexandra (2011), "Vidas escritas: para uma tipologia dos documentos pessoais como fontes de uma sociologia à escala individual - o caso dos Portefólios Reflexivos de Aprendizagens", *CIES e-Working-Papers*, 117, Lisboa, CIES-IUL, <http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/WP-CIES117_Anibal.pdf>.

Archer, Margaret S. (2003), *Structure, agency and the internal conversation*, Cambridge, Cambridge University Press.

Archer, Margaret S. (2007), *Making our way through the world. Human reflexivity and social mobility*, Cambridge, Cambridge University Press.

Archer, Margaret S. (2010a), "Introduction. The reflexive re-turn", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 1-13.

Archer, Margaret S. (2010b), "Can reflexivity and *habitus* work in tandem?", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 123-143.

Archer, Margaret S. (2010c), "Routine, reflexivity, and realism", *Sociological Theory*, 28(3), pp. 273-303.

Archer, Margaret S. (2012), *The reflexive imperative in late modernity*, Cambridge, Cambridge University Press.

Ávila, Patrícia (2008), *A literacia dos adultos. Competências-chave na sociedade do conhecimento*, Lisboa, Celta Editora.

Cadernos do Sociofilo

Beck, Ulrich, Anthony Giddens, e Scott Lash (2000 [1994]), *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética no mundo moderno*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (2002 [1972]), *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia Cabila*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (2003 [1979]), *La distinction. Critique social du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, Pierre (2004 [2001]), *Para uma sociologia da ciência*, Lisboa, Edições 70.

Bourdieu, Pierre (2008 [1980]), *Le sens pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, Pierre, e Loïc J. D. Wacquant (2007 [1992]), *An invitation to reflexive sociology*, Cambridge, Polity Press.

Caetano, Ana (2011), "Para uma análise sociológica da reflexividade individual", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, pp. 157-174.

Caetano, Ana (2012), "A análise da reflexividade individual no quadro de uma teoria disposicionalista", em João Teixeira Lopes (org.), *Registos do actor plural. Bernard Lahire na sociologia portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 15-29.

Caetano, Ana (2013), *Vidas reflectidas: sentidos, mecanismos e efeitos da reflexividade individual*, Tese de Doutoramento, Departamento de Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.

Chalari, Athanasia (2009), *Approaches to the individual. The relationship between internal and external conversation*, London, Palgrave Macmillan.

Chaudron, Martine, e François de Singly (dir.) (1993), *Identité, lecture, écriture*, Paris, Centre Georges Pompidou.

Dépelteau, François (2008), "Relational thinking: A critique of co-deterministic theories of structure and agency", *Sociological Theory*, 26(1), pp. 51-73.

Elder-Vass, Dave (2007), "Reconciling Archer and Bourdieu in an emergentist theory of action", *Sociological Theory*, 25(4), pp. 325-346.

Fabre, Daniel (dir.) (1993), *Écritures ordinaires*, Paris, Éditions P.O.L. / Centre Georges Pompidou.

Fabre, Daniel (1997), *Par écrit. Ethnologie des écritures quotidiennes*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme.

Fabre, Daniel (2002), "Vivre, écrire, archiver", *Sociétés & Représentations*, 13, pp. 17-42.

Fleetwood, Steve (2008), "Structure, institution, agency, habit, and reflexive deliberation", *Journal of Institutional Economics*, 4(2), pp. 183-203.

Fossé-Poliak, Claude (1993), "Ecritures populaires. Notes de recherche", *Politix*, 6(24), pp. 168-189.

Giddens, Anthony (2004 [1984]), *The constitution of society. Outline of the theory of structuration*, Cambridge, Polity Press.

Goffman, Erving (1981), *Forms of talk*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

Goffman, Erving (1986 [1961]), *Encounters. Two studies in the sociology of interaction*, New York, Macmillan.

Goffman, Erving (1993 [1959]), *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio D'Água.

Goody, Jack (1987a), *The interface between the written and the oral*, Cambridge, Cambridge University Press.

Goody, Jack (1987b [1986]), *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, Lisboa, Edições 70.

Laé, Jean-François, e Marianne Kempeneers (2008), "Présentation: écritures et documents personnels, une source sociologique?", *Sociologie et Sociétés*, 40(2), pp. 9-14.

Cadernos do Sociofilo

Lahire, Bernard (1990), "Sociologie des pratiques d'écriture. Contribution à l'analyse du lien entre le social et le langagier", *Ethnologie Française*, XX(3), pp. 262-273.

Lahire, Bernard (1993a), *La raison des plus faibles. Rapport au travail, écritures domestiques et lecteurs en milieux populaires*, Lille, Presses Universitaires de Lille.

Lahire, Bernard (1993b), "Pratiques d'écriture et sens pratique", em Martine Chaudron, e François de Singly (org.), *Identité, lecture, écriture*, Paris, Centre Georges Pompidou, pp. 115-130.

Lahire, Bernard (1995), "Écritures domestiques: la domestication du domestique", *Social Science Information*, 34, pp. 567-592.

Lahire, Bernard (1997), "Masculin-féminin. L'écriture domestique", em Daniel Fabre (org.), *Par écrit. Ethnologie des écritures quotidiennes*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme, pp. 145-161.

Lahire, Bernard (2001 [1998]), *L'homme pluriel. Les ressorts de l'action*, Paris, Hachette Littératures.

Lahire, Bernard (2002), *Portraits sociologiques. Dispositions et variations individuelles*, Paris, Nathan.

Lahire, Bernard (2004), *La culture des individus. Dissonances culturelles et distinction de soi*, Paris, Éditions La Découverte.

Lahire, Bernard (2005a), *L'esprit sociologique*, Paris, Éditions la Découverte.

Lahire, Bernard (2005b), "Patrimónios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, pp. 11-42.

Lahire, Bernard (2006), *La condition littéraire. La double vie des écrivains*, Paris, Éditions La Découverte.

Lahire, Bernard (2008a), *La raison scolaire. École et pratiques d'écriture, entre savoir et pouvoir*, Rennes, Presses Universitaires de Renne.

Lahire, Bernard (2008b), "De la réflexivité dans la vie quotidienne: journal personnel, autobiographie et autres écritures de soi", *Sociologie et Sociétés*, XL(2), pp. 165-179.

Lahire, Bernard (2010), *Franz Kafka. Éléments pour une théorie de la création littéraire*, Paris, Éditions La Découverte.

Lahire, Bernard (2012), *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*, Paris, Seuil.

Mouzelis, Nicos (2008), *Modern and postmodern social theorizing. Bridging the divide*, Cambridge, Cambridge University Press.

Sayer, Andrew (2010), "Reflexivity and the habitus", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 108-122.

Sweetman, Paul (2003), "Twenty-first century dis-ease? Habitual reflexivity or the reflexive habitus", *The Sociological Review*, 51(4), pp. 528-549.

Vandenberghe, Frédéric (2010a), *Teoria social realista. Um diálogo franco-britânico*, Belo Horizonte, Editora UMG.

Vandenberghe, Frédéric (2010b), "Pragmatism and hermeneutic reflections on the internal conversations that we are", em Margaret S. Archer (org.), *Conversations about reflexivity*, London, Routledge, pp. 55-74.